

NEC Latin
America S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Os Administradores da Companhia apresentam a V. Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Aspectos econômicos e financeiros

A Companhia mostrou forte recuperação no nível de vendas, com um crescimento consolidado de 25% em comparação com o ano anterior, devido em grande parte ao desempenho da controlada. Entretanto, a Companhia também sofreu com a queda no nível de margem bruta obtida em suas vendas e, a despeito do forte crescimento na receita, o resultado operacional bruto cresceu apenas 5%. O resultado líquido obtido dessa forma apresentou apenas leve melhora, com redução no prejuízo de quase R\$ 30 milhões em 2017 para perto de 27 milhões em 2018.

As despesas financeiras líquidas apresentaram leve redução, a despeito do aumento do endividamento durante o ano de 2018, resultado de um nível médio de taxas de juros contratados substancialmente menor no ano de 2018 comparado com o ano de 2017.

A contribuição da controlada NEC Soluções de Segurança Cibernética S.A. para o ano foi de um total de vendas de pouco mais de R\$ 75 milhões, com lucro líquido de R\$ 0,5 milhão.

A conjuntura nacional

O ano de 2018 foi marcado por mudanças importantes no Brasil, como a realização das eleições presidenciais e também dos integrantes do congresso, do senado e das assembleias legislativas dos estados, fato que interfere profundamente no andamento do País em vários aspectos. Com base em fatores econômicos analisados durante o ano passado, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou o índice do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo País, de 1,1%. O percentual anunciado representa uma melhora sensível com relação ao dado referente a 2017.

Com relação às previsões para 2019, os analistas de instituições financeiras, que periodicamente divulgam o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central (BC), anunciaram que a expectativa para o crescimento da economia brasileira este ano é de 2,5%. Igualmente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o PIB do País alcançará 2,5% e que a recuperação gradual da economia deve continuar.

No ano passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou em 3,75%, ou seja, inferior à meta fixada pelo governo, que era de 4,5%. A perspectiva para 2019, segundo o Boletim Focus, é de que a inflação se posicione em 4% - abaixo da meta estabelecida para este ano, que é de 4,25%. O mesmo documento estima a taxa de juros, a Selic, em 7%, acima do patamar atual do juro básico, que é de 6,50% ao ano.

O ano 2018 também foi marcado por uma forte alta do Dólar frente ao Real. No total, a moeda norte-americana valorizou 14,4% frente à brasileira nesse período.

O Mercado de das Telecomunicações e da Tecnologia da Informação

Foram contabilizados no Brasil, em 2018, mais de 31 milhões de contratos ativos de banda larga fixa, o que representou um crescimento de 7,41%, ou seja, de 2,14 milhões de novas assinaturas no serviço no ano, em comparação com 2017. Esse número, divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), aponta o aumento do mercado de telecom, principalmente entre os provedores regionais, chamados de ISPs. Levando em conta o levantamento por região demográfica, quase todos os estados apresentaram expansão no serviço de banda larga, em 2018.

Nesse contexto, a fibra óptica foi a tecnologia que mais conquistou novos usuários. A quantidade de acessos com velocidade acima de 34Mb quase dobrou em 2018, com um salto de 89%. Se o ano passado foi um período de expansão para as empresas de telecom no que diz respeito à Internet fixa, a boa notícia para o setor no âmbito dos serviços como um todo foi a redução de 28% no índice de reclamações dos usuários nos últimos quatro anos, de acordo com a ANATEL. Esse número evidencia o retorno do investimento de cerca de R\$28 bilhões ao ano por parte das operadoras de telefonia e Internet. Além disso, a outra boa notícia para o setor é que, nos últimos anos, foi registrado o maior índice de solução de problemas apresentado nos Procons, no patamar de 83,7%.

Na cidade de São Paulo, especificamente, as provedoras de serviço móvel já têm prontos 1.200 pedidos de licença para instalação de antenas. Essas empresas estão apenas aguardando a aprovação da Lei das Antenas, que depende da aprovação da Câmara Municipal. A liberação do projeto causará um impacto positivo em toda cadeia de provisão de equipamentos para a instalação das antenas, que vão representar um investimento de aproximadamente R\$600 milhões.

Outra decisão muito aguardada para 2019 é o leilão das frequências de 3,5GHz, que deve começar no final de 2019 ou se estender até 2020.

De acordo com dados da consultoria Global Market Insights, o mercado de colaboração e comunicações unificadas (UCC na sigla em inglês) tende a crescer e deve alcançar US\$57 bilhões até 2024. Esse mercado, que em 2016 era avaliado em US\$27 bilhões, é atribuído, entre outros fatores, à expansão do smartphone e das influências do conceito de BYOD (sigla para traga seu próprio dispositivo), no âmbito corporativo. De acordo com o mesmo estudo da consultoria, a NEC Corporation é o segundo maior fornecedor de UCC do mercado global, o que amplia as possibilidades de negócio da empresa localmente nesse segmento.

Destaques e Perspectivas Futuras

Ao completar 50 anos de atuação no Brasil, a NEC continuou fortalecendo seu compromisso com a modernização e o desenvolvimento da sociedade local. Meio século de contribuição aos segmentos de telecomunicações, tecnologia da informação e, agora, com mais impacto, ao de segurança, por meio do fornecimento de plataformas que integram o que há de mais avançado em biometria digital, Inteligência Artificial (IA), internet das Coisas (IoT), entre outras tecnologias.

Em 2018, o sistema de reconhecimento facial da NEC, o NeoFace, reconhecido pelo NIST (*National Institute of Standards and Technology*) como o mais rápido e preciso do mercado mundial, foi uma das grandes vitrines da empresa no mercado e atraiu a atenção de grandes companhias interessadas em conhecer mais a fundo a solução, com potencial para o fechamento de novos contratos em 2019.

No segundo semestre de 2018, a NEC anunciou a chegada do novo presidente, Yasushi Tanabe. Entre os objetivos do executivo na liderança da empresa no Brasil, estão o crescimento sustentável dos negócios e a continuidade no compromisso com o zelo em relação aos processos e controles internos, dando total atenção às boas práticas de governança corporativa.

Agradecimentos

A Direção da Companhia expressa seus agradecimentos aos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança que depositaram no relacionamento com a NEC Latin America S.A.

Aos funcionários, que tanto vêm contribuindo durante os últimos anos, e com especial esforço neste ano de desafios que foi o de 2018, a Direção agradece o profissionalismo e a dedicação demonstrados.

A Direção da Companhia agradece em especial à sua controladora NEC Corporation pela confiança e suporte dispensados.

São Paulo, 15 de maio de 2019.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

NEC Latin America S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da NEC Latin America S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da NEC Latin America S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

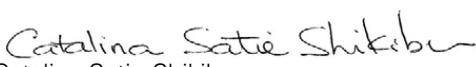
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Catalina Satie Shikibu
Contadora CRC 1SP218752/O-4

NEC Latin America S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
Caixas e equivalentes de caixa	8	31.369	22.074	30.963	21.179	Empréstimo e financiamentos	19	179.480	88.608	163.046	88.557
Outros investimentos		5	5	5	5	Fornecedores	20	113.147	110.057	110.927	105.082
Contas a receber	9	185.139	170.331	183.361	168.931	Arrendamento mercantil a pagar	10b	428	126	364	126
Arrendamento mercantil a receber	10a	2.158	3.549	2.158	3.549	Imposto renda e contribuição social	12c	1.607	1.579	35	-
Estoques	11	38.831	46.031	35.687	42.888	Impostos e contribuições sociais	12d	15.371	18.457	14.822	11.587
Imposto de renda e contribuição social	12a	17.206	10.649	7.403	4.555	Salários e férias a pagar		15.704	14.564	12.403	12.038
Impostos e contribuições a recuperar	12b	12.853	15.774	8.732	11.930	Adiantamento e créditos de clientes		432	907	172	769
Despesas antecipadas		53.763	21.871	43.697	19.457	Outras provisões	21c	3.038	3.203	3.038	3.203
Outros créditos		4.692	6.952	4.469	6.830	Outras contas a pagar		1.799	1.707	1.671	1.530
Total do ativo circulante		346.016	297.236	316.475	279.324	Total do passivo circulante		331.006	239.208	306.478	222.892
Contas a receber de clientes	9	19.865	27.954	19.865	27.954	Empréstimo e financiamentos	19	26.765	49.377	14.765	40.765
Arrendamento mercantil a receber	10a	814	2.972	814	2.972	Arrendamento mercantil a pagar	10b	322	120	317	120
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12b	27	921	-	-	Imposto renda e contribuição social	12c	1.752	3.066	-	-
Despesas antecipadas		3.198	3.431	-	-	Impostos e contribuições sociais	12d	683	1.191	-	-
Outros créditos		830	695	27	26	Provisão para contingências	21a	25.268	19.845	25.268	19.780
Depósitos Judiciais	13	19.765	19.401	19.746	19.401	Outras provisões	21c	4.949	5.902	4.949	5.902
Total do realizável a longo prazo		44.499	55.374	40.452	50.353	Opção de compra futura de investimento	22c	-	10.443	-	10.443
Investimento	16	-	-	36.030	36.678	Total do passivo não circulante		59.739	89.944	45.299	77.010
Imobilizado	17	12.588	13.696	10.707	11.383	Patrimônio líquido					
Outros investimentos	15	21.678	21.678	21.678	21.678	Capital social	22a	328.282	328.282	328.282	328.282
Intangível	18	40.099	41.730	570	1.053	Prejuízos acumulados		(235.247)	(208.013)	(235.247)	(208.013)
Total do ativo não circulante		118.864	132.478	109.437	121.145	Ações em tesouraria	22b	(9.259)	(9.259)	(9.259)	(9.259)
						Reserva de Capital	22c	(9.641)	(10.443)	(9.641)	(10.443)
								74.135	100.567	74.135	100.567
						Participação dos Sócios não controladores		-	(5)	-	-
						Total do patrimônio líquido		74.135	100.562	74.135	100.567
Total do ativo		464.880	429.714	425.912	400.469	Total do passivo e patrimônio líquido		464.880	429.714	425.912	400.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional	23	459.794	368.410	385.212	344.490
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	<u>(348.277)</u>	<u>(261.731)</u>	<u>(290.043)</u>	<u>(245.646)</u>
Lucro bruto		<u>111.517</u>	<u>106.679</u>	<u>95.169</u>	<u>98.844</u>
Despesas de vendas	25	(10.571)	(14.221)	(10.571)	(14.221)
Despesas administrativas e gerais	27	(96.977)	(94.338)	(83.839)	(80.936)
Redução a valor recuperável do contas a receber		(2.751)	(1.560)	(2.751)	(1.560)
Outras receitas	28a	1.554	4.863	1.413	4.534
Outras despesas	28b	<u>(14.839)</u>	<u>(18.948)</u>	<u>(14.032)</u>	<u>(16.724)</u>
(Prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(12.067)</u>	<u>(17.525)</u>	<u>(14.611)</u>	<u>(10.063)</u>
Receitas financeiras	29	26.801	13.559	25.632	8.860
Despesas financeiras	29	<u>(40.564)</u>	<u>(28.365)</u>	<u>(37.864)</u>	<u>(26.026)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(13.763)</u>	<u>(14.806)</u>	<u>(12.232)</u>	<u>(17.166)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	16	-	-	(391)	(3.220)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(25.830)	(32.331)	(27.234)	(30.449)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(510)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	<u>(894)</u>	<u>2.420</u>	<u>-</u>	<u>1.612</u>
Prejuízo do exercício		<u>(27.234)</u>	<u>(29.911)</u>	<u>(27.234)</u>	<u>(28.837)</u>
Atribuível aos Controladores		(27.234)	(28.837)	-	-
Atribuível aos Não Controladores		-	(1.074)	-	-
Prejuízo do exercício		<u>(27.234)</u>	<u>(29.911)</u>	<u>(27.234)</u>	<u>(28.837)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício	(27.234)	(29.911)	(27.234)	(28.837)
Outros Resultados Abrangentes				
Itens que talvez sejam reclassificados para o resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(27.234)</u>	<u>(29.911)</u>	<u>(27.234)</u>	<u>(28.837)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Consolidado						
	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 1° de janeiro de 2017		328.282	(10.443)	(179.176)	(9.259)	129.404	1.069	130.473
Prejuízo do exercício		-	-	(28.837)	-	(28.837)	(1.074)	(29.911)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		328.282	(10.443)	(208.013)	(9.259)	100.567	(5)	100.562
Prejuízo do exercício		-	-	(27.234)	-	(27.234)	-	(27.234)
Aquisição de investimento	22c	-	802	-	-	802	5	807
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		328.282	(9.641)	(235.247)	(9.259)	74.135	-	74.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	2018	2017	2018	2017	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(27.234)	(29.911)	(27.234)	(28.837)
Ajustes por:					
Depreciação	17	6.097	8.223	5.302	7.442
Amortização	18	1.062	1.860	737	1.055
Provisão para perda de imobilizado	17	(189)	(576)	(189)	(576)
Baixa imobilizado e intangível	17/18	(9)	702	62	698
Variação cambial sobre Empréstimos	19	3.856	178	3.856	-
Juros sobre Empréstimos	19	12.584	15.571	10.987	15.174
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	30	1.817	(7)	1.817	(7)
Provisão para perda nos estoques	11	1.231	3.401	1.231	3.401
Provisão para contingências	21	10.175	6.476	10.275	6.700
Resultado de equivalencia patrimonial	16	-	-	391	3.220
Amortização ágio mais valia	16	1.059	1.037	1.059	1.038
Juros sobre arrendamento mercantil a receber		(601)	(1.036)	(601)	(1.036)
Ajuste a valor presente		-	6.686	-	6.686
Atualização monetária de impostos a recolher		513	823	513	823
Imposto de renda e contribuição social diferida	12	894	(807)	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	510	-	-	-
Outras provisões		(1.118)	(821)	(1.118)	(821)
		10.647	11.799	7.088	14.960
Variações nos ativos (aumento)/redução					
Contas a receber de clientes		(8.536)	31.685	(8.158)	30.265
Arrendamento mercantil a receber		4.150	4.378	4.150	4.378
Estoques		5.969	1.514	5.970	4.657
Impostos e contribuições a recuperar		(3.636)	(8.583)	350	(1.416)
Despesas antecipadas		(31.659)	(3.916)	(24.240)	(5.143)
Depósitos judiciais		(902)	(2.254)	(918)	(2.198)
Outros créditos		2.125	1.794	2.360	1.947
Variações nos passivos (aumento)/redução					
Fornecedores		3.090	(6.621)	5.845	(9.048)
Arredamento mercantil a pagar		504	(105)	435	(105)
Impostos e contribuições a recolher		(4.107)	(15.606)	2.722	(10.298)
Imposto renda e contribuição social		(1.286)	6.152	35	-
Salários e férias a pagar		1.140	436	365	(101)
Outras contas a pagar		92	(2.997)	141	(3.081)
Adiantamentos e créditos de clientes		(475)	(928)	(597)	(831)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(22.884)	16.748	(4.452)	23.986
Imposto de renda e contribuição sociais pagos		(510)	(2.236)	-	-
Contingências pagas	21	(4.214)	(7.472)	(4.214)	(7.472)
Juros pagos sobre empréstimos	19	(18.890)	(9.685)	(17.354)	(9.432)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(46.498)	(2.645)	(26.020)	7.082
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Opção de compra futura de investimento		(9.636)	-	(10.443)	-
Aquisições de imobilizado	17	(4.800)	(4.625)	(4.499)	(4.517)
Aquisições de intangível	18	(481)	(336)	(254)	(264)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(14.917)	(4.961)	(15.196)	(4.781)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recursos provenientes de novos empréstimos	19	161.020	17.221	128.000	8.620
Amortização de empréstimos - principal	19	(90.310)	(10.282)	(77.000)	(8.620)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		70.710	6.939	51.000	-
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		9.295	(667)	9.784	2.301
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		22.074	22.741	21.179	18.878
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		31.369	22.074	30.963	21.179
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		9.295	(667)	9.784	2.301

Transações que não envolveram caixa

Baixa da Opção de compra futura de investimento contra reserva de capital

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A NEC Latin América S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, capital. A Companhia opera no segmento de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), fornecendo soluções, produtos e serviços para corporações, empresas e governos. A Companhia fornece um amplo leque de soluções de acesso, transporte, core de rede e aplicações para as operadoras, assim como soluções de voz e redes para os clientes corporativos. A Companhia tem aumentado a sua atuação nestes segmentos, oferecendo soluções de serviços profissionais, com destaque na oferta de serviços gerenciados baseados em NOC (*Network Operation Center*) e SOC (*Security Operation Center*) e soluções de outsourcing. Alinhada às tendências dos mercados em que atua, a Companhia tem trabalhado também em soluções emergentes, como Cloud, SDN/NFV, RAN, Small Cells, OSS/BSS, Comunicações Unificadas, Cidades Inteligentes, Cinema Digital, Data Center, Segurança Integrada, entre outros.

Controla a companhia **NEC Soluções de Segurança Cibernética S.A.**, uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo, tendo como objetivo social suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informática.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de maio de 2019.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 23** - Receita operacional

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Provisão por redução ao valor recuperável do contas a receber
- **Nota 11** - Provisão de estoque para ajuste a valor de realização
- **Notas 17 e 18** - Provisão para valor recuperável de imobilizado e intangível
- **Notas 17 e 18** - Depreciação e amortização de imobilizado e intangível
- **Nota 21a** - Provisão para contingências
- **Nota 30** - Mensuração de instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação segundo a forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, e devido a aplicação das novas normas pela Companhia não gerar um impacto nas Demonstrações Financeiras, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

a. CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Detalhes estão descritos na nota 7.m.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

A Companhia não identificou impactos na adoção da nova norma em relação a norma anterior. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)
Venda de Produtos	<p>Os clientes obtêm controle dos bens quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 a 90 dias. Nenhum desconto é concedido .</p> <p>Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas Mercadorias.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.</p> <p>Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.</p> <p>Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos.</p> <p>Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um</p>	<p>A receita era reconhecida quando as mercadorias eram entregues nas instalações do cliente, o que era considerado como o momento em que o cliente aceitou o produto e os riscos e benefícios relacionados ao bem transferido, contanto que uma estimativa razoável das devoluções pudesse ser feita. Se não fosse possível efetuar uma estimativa razoável, o reconhecimento da receita era diferido até que o período de devolução tivesse decorrido ou uma estimativa razoável das devoluções pudesse ser feita.</p>

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)
Serviços de Desenvolvimento de Sistemas e de Consultoria	Os clientes aceitam os projetos de acordo com cada fase concluída. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias a 90 dias. Nenhum desconto é concedido	<p>direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.</p> <p>A receita é reconhecida de acordo com a evolução física apurada em cada projeto, conforme escopo contratado pelo cliente.</p> <p>O reconhecimento é revisado periodicamente junto ao cliente para que não haja riscos ou erro no reconhecimento da receita</p>	A receita é reconhecida de acordo com a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme escopo contratado pelo cliente.

b. CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado.

Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber e outras despesas. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 1.560 mil, reconhecidas pelo CPC 38, de 'outras despesas' para 'perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato' na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica de "despesas financeiras", similar à apresentação no CPC 38, e não apresentadas separadamente na demonstração do resultado devido a considerações sobre materialidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa.

A Companhia não identificou impactos na adoção da nova norma em relação a norma anterior.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A tabela a seguir explica a categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

Consolidado

Em milhares de Reais	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo como CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo como CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	19.435	19.435
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.644	2.644
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	198.285	198.285
Arrendamento mercantil a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	6.521	6.521
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo Custos amortizado	7.647	7.647
Total de ativos financeiros			234.532	234.532

Em milhares de Reais	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo como CPC 48/IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo como CPC 48/IFRS 9
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	100.057	100.057
Empréstimos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	137.985	137.985
Adiantamentos e créditos clientes	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	907	907
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	1.707	1.707
Arrendamento mercantil a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	246	246
Total de passivos financeiros			240.902	240.902

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Embora espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A Companhia aplicou/avaliou os requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 e não foi identificado um ajuste a ser considerado em 1º de janeiro de 2018 dessa maneira nenhuma provisão adicional foi registrada pela Companhia.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. *Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

d. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de armazenagem e montagem e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

e. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os itens do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2018	2017
Instalações	10 anos	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	5~10 anos	5~10 anos
Ferramentas e instrumentos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e ajustados caso seja apropriado.

No exercício de 2018 a Companhia realizou a revisão das premissas para determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Como consequência desta análise, a Companhia não identificou a necessidade de modificação nas vidas úteis anteriormente aplicadas.

f. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis incluem softwares adquiridos de terceiros e/ou gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
- Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos os gastos apenas da fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:

- Envolverem um plano ou projeto visando novos softwares ou aprimoramento substancial de softwares já existentes;
- Os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável;
- O produto for técnica e comercialmente viável;
- Os benefícios econômicos futuros são prováveis; e
- A Companhia tem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subseqüentes

Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela taxa de 20% a.a. (5 anos) quando referem-se a softwares utilizados como sistemas integrados e 33,33% a.a. (3 anos) para demais softwares adquiridos pela Companhia.

g. Arrendamento financeiro (arrendador)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente aos clientes da Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um bem. Tais contratos são registrados como arrendamento mercantil a receber e reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, os pagamentos mínimos de arrendamento recebidos sob arrendamentos financeiros são alocados entre receitas financeiras e redução do ativo em aberto. As receitas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do ativo.

h. Arrendamento financeiro (arrendatário)

No início do contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações exigidas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo relativo. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira e redução do passivo em aberto.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo montante igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

i. Arrendamento operacional

Os ativos mantidos sobre arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

j. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os

recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não os estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(i) Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia em uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

(ii) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

(iii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

m. Receita operacional

Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho.

A Companhia e suas Controladas, como prestadores de serviços, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Companhia e suas Controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia e suas Controladas não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receitas financeiras ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

p. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em 01 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu 75% da empresa Arcon Informática S.A. (que teve sua razão social alterada para NEC Soluções Segurança Cibernética), prestadora de serviços de segurança cibernética, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 25% das ações remanescentes da NEC Soluções Segurança Cibernética por R\$ 13.686, tornando-se controladora com 100% das ações.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

q. **Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 30).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia está em processo de avaliação do potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações do escritório da Companhia. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Além disso, a Companhia não mais reconhecerá provisões para arrendamentos operacionais que ele avaliar como onerosos. A Companhia incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) trará impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, impactos esses que ainda não foram concluídos.

(ii) *Transição*

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

8 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras	30.185	19.430	30.185	18.891
Caixa e bancos	1.184	2.644	778	2.288
	31.369	22.074	30.963	21.179

Esses investimentos financeiros referem-se em sua totalidade a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa de 96% a 101% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2018 e 2017, aplicados em instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha e classificadas na categoria de ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

9 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Circulante:				
No País	190.598	173.916	188.820	172.516
No Exterior	38	32	38	32
Partes relacionadas exterior (Nota 14)	183	246	183	246
Menos:				
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	<u>(5.680)</u>	<u>(3.863)</u>	<u>(5.680)</u>	<u>(3.863)</u>
Total circulante	<u>185.139</u>	<u>170.331</u>	<u>183.361</u>	<u>168.931</u>
Não circulante:				
No País	24.274	34.640	24.274	34.640
Ajuste a valor presente	<u>(4.409)</u>	<u>(6.686)</u>	<u>(4.409)</u>	<u>(6.686)</u>
Total não circulante	<u>19.865</u>	<u>27.954</u>	<u>19.865</u>	<u>27.954</u>

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Diante do processo de recuperação judicial em curso do cliente Grupo OI, a Companhia reclassificou em 2017 o valor a ser recebido a longo prazo para o grupo do ativo não circulante no montante de R\$ 22.557. Em 2018 registrou o valor de R\$ 4.007 referente ao ajuste a valor presente (R\$ 6.686 em 2017).

10 Arrendamento mercantil

a. Arrendamento mercantil financeiro para arrendador

A Companhia tem firmado contratos de locação e comodato com opção de venda ao final da vigência destes, os quais foram considerados como arrendamento mercantil financeiro, em razão da transferência dos riscos e benefícios sobre os referidos bens ao cliente, sendo:

Prazo (Meses)	Taxa de Juros (a.a.)	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
60 (i)	12,14% a 14,40%	2.399	4.261	2.399	4.261
54 (i)	12,47% a 13,40%	307	1.198	307	1.198
48 (i)	12,47% a 13,39%	266	1.062	266	1.062
		<u>2.972</u>	<u>6.521</u>	<u>2.972</u>	<u>6.521</u>
Circulante		<u>2.158</u>	<u>3.549</u>	<u>2.158</u>	<u>3.549</u>
Não circulante		<u>814</u>	<u>2.972</u>	<u>814</u>	<u>2.972</u>

- (i) Contratos de locação de equipamento para projeção em salas de cinema (projeto, tela), mediante pagamento de 1% do valor total dos bens remetidos, em uma única vez, corrigido pelo I-GPM até a data do efetivo pagamento em que a opção de compra for exercida, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2018, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 2.972.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores a receber decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros estão compostos a seguir:

2018	Controladora		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	2.491	940	3.431
Juros	<u>(333)</u>	<u>(126)</u>	<u>(459)</u>
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	<u>2.158</u>	<u>814</u>	<u>2.972</u>
2017	Controladora		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	6.469	4.730	11.199
Juros	<u>(2.920)</u>	<u>(1.758)</u>	<u>(4.678)</u>
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	<u>3.549</u>	<u>2.972</u>	<u>6.521</u>

b. Arrendamento mercantil financeiro para arrendatário

A Companhia possui dois contratos de locação com características de arrendamento mercantil financeiro, que foram reconhecidos no passivo tendo como contrapartida o reconhecimento do bem adquirido no grupo do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 06 sendo:

Item arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de desconto	Início vigência	Consolidado	
						2018	2017
Notebooks	135	01-01 Convênio 0460	36	15,40%	nov/16	132	246
Notebooks e desktops	191	01-02 Convênio 0460	36	7,86%	mar/18	549	-
Equipamento Cisu N48	1	16601-01	24	1,36%	Fev/18	69	-
						750	246
					Circulante	428	126
					Não circulante	322	120

Item arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de desconto	Início vigência	Controladora	
						2018	2017
Notebooks	135	01-01 Convênio 0460	36	15,40%	nov/16	132	246
Notebooks e desktops	191	01-02 Convênio 0460	36	7,86%	mar/18	549	-
						681	246
					Circulante	364	126
					Não circulante	317	120

Contrato pós-fixado sem reajuste anual com vigência 36 meses, cláusula de opção de compra ao final do contrato mediante valor de mercado ao final do arrendamento.

O encerramento contratual antecipado é irrevogável e irretratável pelas partes, uma vez que os bens são comprados segundo indicação da arrendatária e unicamente para serem arrendados à arrendatária.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil líquido dos equipamentos de informática adquiridos pelos contratos acima referidos e que foram reconhecidos como parte integrante do ativo imobilizado da Controladora corresponde a R\$ 588, contabilizados em imobilizado em andamento, composto conforme segue:

	Consolidado		
	2018		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-01 Convênio 0460	328	(219)	109
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	639	(160)	479
Equipamentos Cisu N48	117	(10)	107
	1.084	(389)	695
Valor líquido dos equipamentos adquiridos			

Controladora			
2018			
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-01 Convênio 0460	328	(219)	109
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	639	(160)	479
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	967	(379)	588

Controladora			
2017			
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-01 Convênio 0460	330	(110)	220
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	330	(110)	220

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a obrigação da Companhia decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

Consolidado			
Vencimento dos pagamentos futuros			
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2018			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	472	346	818
Juros	(44)	(24)	(68)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	428	322	750

Controladora			
Vencimento dos pagamentos futuros			
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2018			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	407	333	740
Juros	(43)	(16)	(59)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	364	317	681

	Controladora e Consolidado		
	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2017			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	154	128	282
Juros	(28)	(8)	(36)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>126</u>	<u>120</u>	<u>246</u>

11 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Materiais para revenda:				
Nacionais	21.207	17.511	18.063	14.368
Importados	17.167	24.660	17.167	24.660
Adiantamento a fornecedores:				
Nacional	455	877	455	877
Importados	5	498	5	498
Importações em andamento	(3)	2.485	(3)	2.485
	<u>38.831</u>	<u>46.031</u>	<u>35.687</u>	<u>42.888</u>

Os saldos acima constam líquidos de provisão para ajuste ao valor de realização sobre materias de revenda nacionais e importados, sendo em 2018 o valor correspondente de R\$ (17.542) (R\$ (16.311) em 2017) para a Controladora.

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização. A Companhia adota os seguintes critérios para a determinação do valor da provisão:

- Itens sem movimentação de 3 até 6 meses: provisão de 30% do valor contábil.
- Itens sem movimentação de 6 até 12 meses: provisão de 50% do valor contábil.
- Itens sem movimentação há mais de 12 meses: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens emprestados e em situação simbólica para refaturamento: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens danificados: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens atrelados a contratos de manutenção tem sua provisão constituída mensalmente proporcionalmente ao prazo de contrato de forma que ao final do contrato, os itens nessa situação estejam com seu saldo 100% provisionado.

12 Impostos e contribuições

a. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e contribuição social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) (i)	15.254	10.649	7.403	4.555
Imposto de Renda e Contribuição Social Retidos na Fonte	1.952	-	-	-
Total circulante	17.206	10.649	7.403	4.555

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social - IRPJ/CSLL

O saldo corresponde em sua maioria ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos na fonte nos recebimentos de clientes, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições a pagar nos exercícios subsequentes.

b. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) (ii)	3.637	3.334	312	264
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”) (iii)	1.136	945	1.136	945
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”) (iv)	6.726	9.445	6.673	9.332
Instituto nacional do seguro social (“INSS”) (v)	543	1.336	543	1.332
Programa Integração Social (“PIS”) (ii)	811	714	68	57
Total circulante	12.853	15.774	8.732	11.930
Provisão contingências	80	181	-	-
Prejuízo fiscal	-	2.530	-	-
Base de cálculo do ativo fiscal diferido	80	2.711	-	-
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido	27	921	-	-
Total não circulante	27	921	-	-

(i) Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS

O saldo corresponde a valores a compensar de PIS e COFINS sobre operações de importação de serviços e créditos sobre aquisição de ativo imobilizado destinados a locação a serem compensados na proporção de 1/48 avos.

(ii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo é composto por créditos nas operações mercantis e comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

- (iii) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
 O saldo é composto por créditos nas operações mercantis, gerados nas unidades comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (iv) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
 O saldo decorre de créditos originados de retenções nas vendas de serviços equiparados a construção civil e são compensados com o INSS incidente sobre a folha de pagamento da Companhia.

A Controlada não reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado em decorrência de não possuir histórico de lucro tributável nos últimos anos e por não ser provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis em um futuro próximo e contra os quais seriam utilizados.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os quais a Companhia não registrou ativo fiscal diferido devido a falta de expectativa de lucro tributários futuro. Apesar de não reconhecer esses créditos, os mesmos não expiraram são demonstrados abaixo:

	Controladora
Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2018	1.518.899
Base negativa de contribuição social	1.568.633
Controladora	
Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2017	1.504.020
Base negativa de contribuição social	1.553.755

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social sobre o lucro está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Dentre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existem saldos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 1.105.838 (R\$ 1.105.838 em 2017) e R\$ 1.123.114 (R\$ 1.123.114 em 2017) respectivamente, os quais não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

c. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
IRRF de terceiros a recolher	951	951	35	-
CSLL parcelado	373	362	-	-
IRPJ parcelado	283	266	-	-
	1.607	1.579	35	-
Total circulante	1.607	1.579	35	-
IRPJ e CSL (parcelamento)	1.752	3.066	-	-
Total não circulante	1.752	3.066	-	-

d. Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (vi)	12.015	11.502	12.016	11.502
Depósitos judiciais s/ impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (Nota 13) (vi)	(8.960)	(8.729)	(8.960)	(8.729)
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)	3.106	2.328	3.106	2.328
PIS e COFINS sobre faturamento	3.030	8.849	2.559	2.090
ISSQN sobre faturamento	2.004	1.654	1.985	1.621
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”) sobre faturamento	1.455	690	1.455	690
Retenção ISSQN Lc 116/03 - serviços de terceiros	1.228	1.332	1.226	1.332
Inss a recolher Mp 563/12	38	60	-	-
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”) sobre faturamento	1.198	548	1.198	547
Outros	257	223	237	206
Total circulante	15.371	18.457	14.822	11.587
PIS e COFINS sobre faturamento (parcelamento)	658	1.191	-	-
Inss a Recolher Mp 563/12 (parcelamento)	25	-	-	-
Total não circulante	683	1.191	-	-

- (vi) Impostos a pagar adesão - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09
Em 24 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 “REFIS IV”. Em 2017, a Controladora aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, nos termos da redação original do art. 2º, parágrafo 1º, incisos I e II, da MP 783/2017, posteriormente convertida na Lei Federal 13.496/2017, aproveitando da possibilidade de quitação de processos administrativos elegíveis por meio do desembolso de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do valor consolidado do débito, e quitação do restante com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, conforme quadro abaixo:

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total dos depósitos judiciais realizados na Controladora corresponde a R\$ 24.996 (R\$ 24.386 em 2017). O valor total dos débitos, no montante de R\$ 8.960 (R\$ 8.729 em 2017), após as reduções estabelecidas pelo programa fiscal da Lei nº 11.941/09, que ainda estão sujeitos à validação pelas autoridades competentes, para fins de apresentação foi compensado com os depósitos judiciais relacionados às ações a eles correspondentes até o limite do saldo passivo em aberto. O saldo remanescente dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 16.036 (R\$ 15.657 em 2017), permaneceu apresentado no ativo não circulante, conforme demonstrado na Nota 13.

Movimentação dos saldos

		Consolidado				
		2017	2018			
			Adições		Exclusão	
Processo	Imposto	Saldo inicial	Correção Monetária (*)	Provisão	Baixa por Pagamento	Saldo Final
2003.61.00.020741-1	CPMF	2.105	189	-	-	2.294
2002.61.19.003660-4	INSS	563	19	-	-	582
2002.61.19.003659-8	INSS	470	17	-	-	487
2001.61.19.003653-3	INSS	149	5	-	-	154
2001.61.19.003654-5	INSS	516	17	-	-	533
MS 89.0031441-6						
96.0032851-0	IOF	956	33	-	-	989
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	3.539	122	-	-	3.661
MS 88.0026225-2						
AO 2004.61.00.020665-4						
MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.204	111	-	-	3.315
		<u>11.502</u>	<u>513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.015</u>

Movimentação dos saldos

		Consolidado				
		2016	2017			
			Adições		Exclusão	
Processo	Imposto	Saldo inicial	Correção Monetária (*)	Provisão	Baixa por Pagamento	Saldo Final
2003.61.00.020741-1	CPMF	1.801	304	-	-	2.105
2002.61.19.003660-4	INSS	532	31	-	-	563
2002.61.19.003659-8	INSS	445	25	-	-	470
2001.61.19.003653-3	INSS	141	8	-	-	149
2001.61.19.003654-5	INSS	487	29	-	-	516
MS 89.0031441-6						
96.0032851-0	IOF	903	53	-	-	956
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	3.343	196	-	-	3.539
MS 88.0026225-2						
AO 2004.61.00.020665-4						
MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.027	177	-	-	3.204
		<u>10.679</u>	<u>823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.502</u>

(*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 6,29% a.a. em 2018 (10,11% em 2017) e é determinada com base na Selic.

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
(Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.830)	(32.331)	(27.234)	(30.449)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	8.782	10.993	9.260	10.353
Adições permanentes: Despesas não dedutíveis	(1.654)	(4.021)	(1.648)	(3.825)
Outros itens: Ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre a variação nas diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(8.532)	(6.972)	(7.612)	(4.916)
Imposto de renda e contribuição social diferida constituída para compensação de tributos - REFIS	-	2.420	-	1.612
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.404)	2.420	-	1.612
Alíquota efetiva	5%	(7%)	0%	(5%)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a esses itens, pois não é provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em um futuro próximo para que a Companhia possa realizar os benefícios destes.

13 Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Processos tributários - exceto Anistia REFIS (i)	16.125	15.618	16.125	15.618
Processos tributários - Anistia REFIS (ii)	24.996	24.386	24.996	24.386
Processos previdenciários (i)	529	511	529	511
Processos trabalhistas	3.125	3.126	3.026	3.012
Processos cíveis	51	50	51	50
Total de depósitos judiciais	44.826	43.691	44.727	43.577
<i>(-) Valores apresentados em uma base líquida com o passivo correspondente:</i>				
Processos tributários - exceto Anistia REFIS	(14.287)	(13.860)	(14.287)	(13.860)
Processos previdenciários	(529)	(511)	(529)	(511)
Processos trabalhistas	(1.285)	(1.790)	(1.205)	(1.076)
Total de depósitos apresentados em provisão para contingências (Nota 21a) (i)	(16.101)	(15.561)	(16.021)	(15.447)
Depósitos Anistia - REFIS	(8.960)	(8.729)	(8.960)	(8.729)
Total de depósitos apresentados em impostos a recolher (Nota 12d) (ii)	(8.960)	(8.729)	(8.960)	(8.729)
Valores apresentados no ativo não circulante	19.765	19.401	19.746	19.401

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 o valor de depósitos judiciais relacionados a processos tributários (exceto REFIS), trabalhistas e cíveis, totalizava R\$ 19.731 (R\$ 19.305 em 2017). Deste montante, R\$ 16.020 (R\$ 15.447 em 2017) foram vinculados à provisão para contingências dos processos correspondentes, e apresentados no passivo não circulante. O saldo remanescente, de R\$ 3.711 (R\$ 3.858 em 2017) permaneceu apresentado no ativo não circulante.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía R\$ 24.996 (R\$ 24.386 em 2017) em depósitos judiciais relacionados aos processos para os quais a Companhia aderiu ao REFIS - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, o qual apresenta-se inferior ao montante da dívida à qual está atrelado, tendo em vista a existência de discussão em processo judicial específico sobre a possibilidade de inserção de determinados débitos em anistia, mesmo que referidos débitos, em seus processos próprios, tenham sido convertidos nos termos do disposto na Lei nº 11.941/09. Assim, em função do valor total dos depósitos judiciais relativos ao REFIS ser inferior ao total da provisão dos processos correspondentes, este montante é apresentado como fator redutor do saldo de impostos a recolher no passivo circulante até o limite do saldo em aberto, que em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 8.960 (R\$ 8.729 em 2017). O saldo remanescente, de R\$ 16.036 (R\$ 15.657 em 2017), permaneceu apresentado no ativo não circulante.

Movimentação dos depósitos judiciais

Consolidado						
	2017		2018			
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	15.618	569	-	(62)	-	16.125
Processos tributários (Anistia - REFIS)	24.386	610	-	-	-	24.996
Processos previdenciários	511	18	-	-	-	529
Processos trabalhistas	3.126	793	(480)	(190)	(124)	3.125
Processos cíveis	50	1	-	-	-	51
Total de depósitos judiciais	43.691	1.991	(480)	(252)	(124)	44.826

Consolidado						
	2016		2017			
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	14.518	6.212	-	(5.109)	-	15.618
Processos tributários (Anistia - REFIS)	23.406	980	-	-	-	24.386
Processos previdenciários	483	28	-	-	-	511
Processos trabalhistas	2.501	933	(11)	(222)	(78)	3.123
Processos cíveis	48	60	(58)	-	-	50
Total de depósitos judiciais	40.956	8.213	(69)	(5.331)	(78)	43.691

Controladora						
	2017		2018			
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	15.618	569	-	(62)	-	16.125
Processos tributários (Anistia - REFIS)	24.386	610	-	-	-	24.996
Processos previdenciários	511	18	-	-	-	529
Processos trabalhistas	3.012	792	(464)	(190)	(124)	3.026
Processos cíveis	50	1	-	-	-	51
Total de depósitos judiciais	43.577	1.990	(464)	(252)	(124)	44.727

Controladora						
	2016	2017				
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	14.515	6.212	-	(5.109)	-	15.621
Processos tributários (Anistia - REFIS)	23.406	980	-	-	-	24.386
Processos previdenciários	483	28	-	-	-	511
Processos trabalhistas	2.444	879	(11)	(222)	(78)	3.012
Processos cíveis	48	60	(58)	-	-	50
Total de depósitos judiciais	40.896	8.159	(69)	(5.331)	(78)	43.577

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de mercadorias para revenda e contratação de serviços, entre a Companhia e sua controladora NEC Corporation, coligadas e outras partes relacionadas.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes (Nota 9)	183	246	183	246
Outros créditos	2.190	5.048	2.190	5.048
	<u>17.994</u>	<u>5.294</u>	<u>17.994</u>	<u>5.294</u>
Passivo circulante				
Fornecedores (Nota 20)	35.349	28.775	35.358	28.852
Empréstimos (Nota 19)	29.770	88.557	29.770	88.557
Outras contas a pagar	473	517	473	517
	<u>65.587</u>	<u>117.900</u>	<u>65.596</u>	<u>117.926</u>
Passivo não circulante				
Empréstimos (Nota 19)	14.765	40.765	14.765	40.765
	<u>14.765</u>	<u>40.765</u>	<u>14.765</u>	<u>40.765</u>
Resultado				
Receita operacional	13.236	2.449	13.236	2.449
Compras	47.379	34.521	48.340	35.773

Remuneração pessoas chave da Administração

Os honorários da Administração, no montante total de R\$ 1.641 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.114 em 2017), incluem os salários, os encargos sobre salários e os benefícios de curto prazo.

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado da Controladora estão demonstrados abaixo:

	2018							
	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante			Passivo não circulante
	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos	Outras contas a pagar	Empréstimos
Controladora								
NEC Corporation (Japão)	13.117	32.744	173	614	32.048	29.770	203	14.765
						-		
Outras partes relacionadas								
NEC America, Inc. (EUA)	-	1.548	-	-	692	-	-	-
NEC Argentina S.A.	10	2.103	10	386	951	-	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	2.937	-	-	305	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	713	-	-	49	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	814	-	532	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	104	-	-	-	-	-	-
NEC Neva Communications System.	109	-	-	-	-	-	-	-
NEC Chile	-	2.412	-	245	118	-	-	-
NEC Colombia	-	-	-	413	-	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	44	-	-	-
NEC Infrontia, Inc.	-	-	-	-	-	-	-	-
NEC Management Partner LTD	-	422	-	-	-	-	270	-
NEC Europe LTD.	-	441	-	-	-	-	-	-
NEC Iberia S.L.	-	1.017	-	-	-	-	-	-
NEC Energy Solutions, Inc	-	2.124	-	-	1.137	-	-	-
NEC Soluções de Segurança Cibernática do Brasil S.A	-	961	-	-	9	-	-	-
	<u>13.236</u>	<u>48.340</u>	<u>183</u>	<u>2.190</u>	<u>35.353</u>	<u>29.770</u>	<u>473</u>	<u>14.765</u>

NEC Latin America S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

2017								
Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos	Outras contas a pagar	Empréstimos	
Controladora								
NEC Corporation (Japão)	2.319	25.572	246	793	26.742	88.557	517	40.765
Outras partes relacionadas								
NEC America, Inc. (EUA)	-	1.940	-	-	520	-	-	-
NEC Argentina S.A.	-	1.850	-	1.024	1.248	-	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	810	-	-	138	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	233	-	-	33	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	17	-	1.601	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	91	-	-	-	-	-	-
NEC Neva Communications System.	130	-	-	-	-	-	-	-
NEC Chile	-	759	-	695	50	-	-	-
NEC Colombia	-	318	-	935	-	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	44	-	-	-
NEC Infrontia, Inc.	-	-	-	-	-	-	-	-
NEC Management Partner LTD	-	843	-	-	-	-	-	-
NEC Europe LTD.	-	88	-	-	-	-	-	-
NEC Soluções de Segurança Cibernética do Brasil S.A	-	1.252	-	-	77	-	-	-
	<u>2.449</u>	<u>35.773</u>	<u>246</u>	<u>5.048</u>	<u>28.775</u>	<u>88.557</u>	<u>517</u>	<u>40.765</u>

15 Outros investimentos

Os ativos financeiros mantidos para venda representam participações em Empresas relacionadas nas quais a Companhia não possui influência significativa.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
NEC Argentina S.A.	18.807	18.807	18.807	18.807
Nesic Brasil S.A.	2.769	2.769	2.769	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	963	963	963	963
Provisão para perda no valor recuperável: Boviel - Kyowa S.A.	(963)	(963)	(963)	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A	102	102	102	102
Total	<u>21.678</u>	<u>21.678</u>	<u>21.678</u>	<u>21.678</u>

Movimentação dos saldos

	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	Controladora			
			2017	2018		Saldo Final
			Saldo Inicial	Adições	Exclusões	
Nec Argentina S.A.	19.831.774	4,70%	18.807	-	-	18.807
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	-	-	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	979.575	1,86%	963	-	-	963
Provisão do investimento Boviel - Kyowa S.A.	n/a	n/a	(963)	-	-	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	373.328	0,01%	102	-	-	102
Global View S.A	750.000	15%	-	-	-	-
Total			<u>21.678</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.678</u>

16 Investimentos

	Controladora	
	2018	2017
<i>Investimentos:</i>		
NEC Soluções Segurança Cibernética	397	(14)
NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio	<u>35.633</u>	<u>36.692</u>
Total investimentos	<u>36.030</u>	<u>36.678</u>

Movimentação dos saldos

	Controladora						
	2017			2018			
	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	Saldo Inicial	Adições	Amortização mais valia	Resultado de equivalencia patrimônioal	Saldo Final
Outros investimentos							
NEC Soluções Segurança Cibernetica	984.043	100%	(14)	802	-	(391)	397
NEC Soluções Segurança Cibernetica - Ágio			29.364	-	-	-	29.364
NEC Soluções Segurança Cibernetica - ativos identificaves			7.328	-	(1.059)	-	6.269
Datavia	99.998	100%	94	-	-	-	94
Provisão para perda no valor recuperável: Datavia	n/a	n/a	(94)	-	-	-	(94)
Total investimentos			<u>36.678</u>	<u>802</u>	<u>(1.059)</u>	<u>(391)</u>	<u>36.030</u>

17 Imobilizado

Consolidado

Custo	Instalações	Benfeitorias bens de terceiros	Máquinas e equipamentos (i)	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Equipamento de Acesso de Sistema de comunicação	Arrendamento mercantil equipamentos informática Nota 9b)	Imobilização em andamento	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Total
01 de janeiro de 2017	4.141	4.672	76.040	1.974	4.256	653	15.124	92	522	1.114	(1.743)	106.845
Adições	-	-	-	-	-	-	108	-	-	4.517	-	4.625
Transferências	(639)	(1.138)	(5.590)	(778)	(513)	-	(1.074)	-	-	-	-	(9.732)
Baixas	-	47	4.033	173	13	-	41	-	332	(4.639)	576	576
31 de dezembro de 2017	3.502	3.581	74.483	1.369	3.756	653	14.199	92	854	992	(1.167)	102.314
Adições	-	-	-	-	-	-	301	-	-	4.499	-	4.800
Transferências	-	18	2.154	786	15	-	554	-	639	(4.166)	-	-
Baixas	(29)	(20)	(8.365)	(613)	(170)	(210)	(2.065)	-	(153)	-	189	(11.436)
31 de dezembro de 2018	3.473	3.579	68.272	1.542	3.601	443	12.989	92	1.340	1.325	(978)	95.678
Depreciação												
01 de janeiro de 2017	(2.938)	(3.889)	(64.095)	(1.892)	(3.420)	(575)	(12.029)	(63)	(524)	-	-	(89.425)
Adições	(319)	(385)	(5.877)	(123)	(298)	(54)	(1.049)	(8)	(110)	-	-	(8.223)
Baixas	513	608	5.558	779	509	-	1.063	-	-	-	-	9.030
31 de dezembro de 2017	(2.744)	(3.666)	(64.414)	(1.236)	(3.209)	(629)	(12.015)	(71)	(634)	-	-	(88.618)
Adições	(130)	(31)	(4.467)	(74)	(129)	(16)	(977)	(4)	(269)	-	-	(6.097)
Transferências	(250)	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	29	20	8.346	613	163	210	2.092	-	152	-	-	11.625
31 de dezembro de 2018	(3.095)	(3.427)	(60.535)	(697)	(3.175)	(435)	(10.900)	(75)	(751)	-	-	(83.090)
Valor líquido contábil:												
31 de dezembro de 2017	758	(85)	10.069	133	547	24	2.184	21	220	992	(1.167)	13.696
31 de dezembro de 2018	378	152	7.737	845	426	8	2.089	17	589	1.325	(978)	12.588

Controladora

Custo	Instalações	Benefitórias bens de terceiros	Máquinas e equipamentos (ii)	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Arrendamento mercantil equipamentos informática Nota 9b)	Imobilização em andamento	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Total
01 de janeiro de 2017	3.115	4.672	76.038	1.974	3.557	653	8.861	522	1.114	(1.743)	98.763
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	4.517	-	4.517
Transferências	-	47	4.033	173	13	-	41	332	(4.639)	-	-
Baixas	(639)	(1.138)	(5.590)	(778)	(513)	-	(979)	-	-	576	(9.061)
31 de janeiro de 2017	2.476	3.581	74.481	1.369	3.057	653	7.923	854	992	(1.167)	94.219
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	4.499	-	4.499
Transferências	-	18	2.154	786	15	-	554	639	(4.166)	-	-
Baixas	(29)	(20)	(8.365)	(613)	(170)	(210)	(1.761)	(153)	-	189	(11.132)
31 de dezembro de 2018	2.447	3.579	68.270	1.542	2.902	443	6.716	1.340	1.325	(978)	(87.586)
Depreciação											
01 de janeiro de 2017	(2.446)	(3.889)	(64.094)	(1.892)	(2.992)	(575)	(7.921)	(524)	-	-	(84.333)
Adições	(221)	(385)	(5.877)	(123)	(234)	(54)	(438)	(110)	-	-	(7.442)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	513	608	5.558	779	509	-	972	-	-	-	8.939
31 de janeiro de 2017	(2.154)	(3.666)	(64.413)	(1.236)	(2.717)	(629)	(7.387)	(634)	-	-	(82.836)
Adições	(38)	(31)	(4.467)	(74)	(74)	(16)	(332)	(269)	-	-	(5.302)
Transferências	(250)	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	29	20	8.346	613	163	210	1.725	152	-	-	11.258
31 de dezembro de 2018	(2.413)	(3.427)	(60.534)	(697)	(2.628)	(435)	(5.994)	(751)	-	-	(76.879)
Valor líquido contábil:											
31 de dezembro de 2017	322	(85)	10.068	133	340	24	537	220	992	(1.167)	11.383
31 de dezembro de 2018	34	152	7.736	845	274	8	722	589	1.325	(978)	10.707

(i) O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018 inclui provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 978 (1.167 em 2017), contabilizado no exercício de 2010, relativos aos projetos NGN e SOC-MSS. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia realizou avaliação para verificação da necessidade de aumento ou redução no valor de provisão para valor recuperável e não se identificou tal necessidade.

(i) A Companhia utiliza uma parcela dos itens de máquinas e equipamentos em contratos de locação (arrendamento operacional) para terceiros e esses sofrem depreciação acelerada de 20% ao ano.

18 Intangível

Consolidado

Custo	Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	Gastos com softwares (b)	Imobilização em Andamento (Softwares)	Gastos Pré-operacionais- incorp. Blue Ocean	Agio - Software desenvolvido internamente	Direito de Uso	Agio - Relacionamento com clientes	Goodwill	Provisão redução ao valor recuperável	Total
01 de janeiro de 2017	31.424	24.100	20	130	4.369	4.363	9.316	28.700	(24.875)	77.547
Adições	-	-	264	-	-	74	-	-	-	338
Transferências	-	213	(213)	-	-	-	(664)	664	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2017	31.424	24.313	71	130	4.369	4.437	8.652	29.364	(24.875)	77.885
Adições	-	-	254	-	197	30	-	-	-	481
Transferências	-	325	(325)	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(28)	-	-	-	-	-	-	-	(28)
31 de dezembro de 2018	31.424	24.610	-	130	4.566	4.467	8.652	29.364	(24.875)	78.338
Amortização										
01 de janeiro de 2017	(7.912)	(20.913)	-	(104)	(530)	(3.512)	(265)	-	-	(33.236)
Adições	-	(1.055)	-	(13)	(353)	(439)	(1.059)	-	-	(2.919)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2017	(7.912)	(21.968)	-	(117)	(883)	(3.951)	(1.324)	-	-	(36.155)
Adições	-	(738)	-	(4)	-	(320)	(1.059)	-	-	(2.121)
Baixas	-	29	-	-	-	8	-	-	-	37
31 de dezembro de 2018	(7.912)	(22.677)	-	(121)	(883)	(4.263)	(2.383)	-	-	(38.239)
Valor líquido contábil										
31 de dezembro de 2017	23.512	2.345	71	13	3.486	486	7.328	29.364	(24.875)	41.730
31 de dezembro de 2018	23.512	1.933	-	9	3.683	204	6.269	29.364	(24.875)	40.099

Controladora

Custo	Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	Gastos com softwares (b)	Imobilização em Andamento (Softwares)	Provisão redução ao valor recuperável	Total
1 de janeiro de 2017	31.424	24.100	20	(24.875)	30.669
Adições	-	-	264	-	264
Transferências	-	213	(213)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2017	31.424	24.313	71	(24.875)	30.933
Adições	-	-	254	-	254
Transferências	-	325	(325)	-	-
Baixas	-	(28)	-	-	(28)
31 de dezembro de 2018	31.424	24.610	-	(24.875)	31.159
Amortização					
1 de janeiro de 2017	(7.912)	(20.913)	-	-	(28.825)
Adições	-	(1.055)	-	-	(1.055)
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2017	(7.912)	(21.968)	-	-	(29.880)
Adições	-	(737)	-	-	(737)
Transferências	-	28	-	-	28
Baixas	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2018	(7.912)	(22.677)	-	-	(30.589)
Valor líquido contábil					
31 de dezembro de 2017	23.512	2.345	71	(24.875)	1.053
31 de dezembro de 2018	23.512	1.933	-	(24.875)	570

(a) Referem-se aos gastos com desenvolvimento relativos aos projetos NGN e SOC-MSS:O projeto NGN refere-se ao desenvolvimento e “tropicalização” das soluções de dois fornecedores principais para as chamadas redes de nova geração (NGN) baseadas no protocolo IP para substituição das redes tradicionais TDM de voz que começam a entrar em “phasing out”. o projeto MSS refere-se ao desenvolvimento dos Serviços Gerenciados de Segurança (MSS) e implementação do Centro de Operações de Segurança (SOC) para habilitação da Companhia a ofertar para o mercado local serviços de segurança para gerenciar e/ou monitorar redes de dados e infra-estruturas de segurança. Serviços a serem ofertados incluem: Firewalls gerenciados, serviços de VPN, serviços gerenciados de detecção de invasões, prevenção gerenciada de invasões, entre outros.

(b) Refere-se a gastos com softwares adquiridos de terceiros.

Provisão para redução ao valor recuperável

Em 2011 foi aplicado teste para avaliar a capacidade dos projetos NGN e SOC-MSS recuperarem o montante investido e capitalizado como intangível (gastos com softwares adquiridos nestes projetos), e a conclusão foi negativa em razão de alterações no cenário de mercado. Sendo assim a Companhia constituiu 100% de provisão de perda do valor recuperável do investimento (“*impairment*”) sobre o saldo residual dos mesmos naquele exercício, cenário que não se alterou em 2018 e 2017, razão pela qual a provisão foi mantida.

19 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	16.434	51	-	-
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	133.276	-	133.276	-
Empréstimos com partes relacionadas(Nota 14)	29.770	88.557	29.770	88.557
Total circulante	179.480	88.608	163.046	88.557
Empréstimos bancários	12.000	8.612	-	-
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 14)	14.765	40.765	14.765	40.765
Total não circulante	26.765	49.377	14.765	40.765

Do total dos empréstimos em 31 de dezembro de 2018, R\$ 44.535 referem-se aos empréstimos captados em 2016 junto a sua matriz NEC Corporation, na modalidade Lei 4131.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Natureza do Empréstimo	Moeda	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	Consolidado	
					2018	2017
Empréstimos bancários	USD	94,80%, 0,35% a 2,81%	CDI Pós + IR + Spread	2019	39.573	-
Empréstimos bancários	USD	96,80%, 0,34% a 2,70%	CDI Pós + IR + Spread	2019	40.723	-
Empréstimos bancários	USD	97,00%, 0,40% a 3,21%	CDI Pós + IR + Spread	2019	10.429	-
Empréstimos bancários	EUR	7,30%, 0,1603% a 0,4810%	CDI Pós + IR + Spread	2019	27.337	-
Empréstimos bancários	EUR	6,1216%, 0,0218% a 0,0654%	CDI Pós + IR + Spread	2019	15.214	-
Empréstimos bancários	BRL	112%	CDI	2020	28.434	8.662
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 14)	BRL	11,4% a 1,9% a.a 10,4% a 1,7% a.a	Libor + IR+Spread	2019/2020/2021	44.535	129.323
Total empréstimos					206.245	137.985

Natureza do Empréstimo	Moeda	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	Controladora	
					2018	2017
Empréstimos bancários	USD	94,80%, 0,35% a 2,81%	CDI Pós + IR + Spread	2019	39.573	-
Empréstimos bancários	USD	96,80%, 0,34% a 2,70%	CDI Pós + IR + Spread	2019	40.723	-
Empréstimos bancários	USD	97,00%, 0,40% a 3,21%	CDI Pós + IR + Spread	2019	10.429	-
	EUR	7,30%, 0,1603% a 0,4810%				-
Empréstimos bancários	EUR	6,1216%, 0,0218% a 0,0654%	CDI Pós + IR + Spread	2019	27.337	-
Empréstimos bancários					15.214	-
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 14)	BRL	11,4% a 1,9% a.a 10,4% a 1,7% a.a	Libor + IR+Spread	2019/2020/2021	44.535	129.323
Total empréstimos					177.811	129.323

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“covenants”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Movimentação dos saldos

Consolidado							
2018							
	2017	Adições			Baixas		
	Saldo inicial	Captações principal	Variação Cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	8.662	33.020	-	1.598	(13.310)	(1.536)	28.434
Empréstimos bancários	129.323	128.000	3.856	10.986	(77.000)	(17.354)	177.811
	<u>137.985</u>	<u>161.020</u>	<u>3.856</u>	<u>12.584</u>	<u>(90.310)</u>	<u>(18.890)</u>	<u>206.245</u>
Consolidado							
2017							
	2016	Adições			Baixas		
	Saldo inicial	Captações principal	Variação Cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Empréstimos bancários	1.295	17.221	178	397	(10.175)	(254)	8.662
Empréstimos bancários	123.580	-	-	15.174	-	(9.431)	129.323
Financiamentos	107	-	-	-	(107)	-	-
	<u>124.982</u>	<u>17.221</u>	<u>178</u>	<u>15.571</u>	<u>(10.282)</u>	<u>(9.685)</u>	<u>137.985</u>
Controladora							
2018							
	2017	Adições			Baixas		
	Saldo inicial	Captações principal	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Empréstimos bancários	129.322	128.000	3.856	10.987	(77.000)	(17.354)	177.181
	<u>129.322</u>	<u>128.000</u>	<u>3.856</u>	<u>10.987</u>	<u>(77.000)</u>	<u>(17.354)</u>	<u>177.181</u>

	Controladora					
	2017					
	2016	Adições			Baixas	
Saldo inicial	Captações principal	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Empréstimos bancários (conta garantida)	-	8.620	-	-	(8.620)	-
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	123.580	-	-	15.174	-	(9.432)
	<u>123.580</u>	<u>8.620</u>	<u>-</u>	<u>15.174</u>	<u>(8.620)</u>	<u>(9.432)</u>
						<u>129.322</u>

20 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
No País	33.551	38.015	31.421	32.963
No exterior	19.671	14.968	19.572	14.968
Partes relacionadas (Nota 14)	35.349	28.775	35.358	28.852
Provisão de custos (i)	<u>24.576</u>	<u>28.299</u>	<u>24.576</u>	<u>28.299</u>
Total circulante	<u>113.147</u>	<u>110.057</u>	<u>110.927</u>	<u>105.082</u>

- (i) A provisão de custos é baseada e constituída através da análise de projetos, de forma a assegurar o princípio da realização da receita e da confrontação das despesas no mesmo período contábil (regime de competência). Referida provisão é composta principalmente de gastos relativos a serviços já executados, porém ainda não faturados pelo fornecedor ou até pelo não recebimento da nota fiscal. O controle desta conta é feito periodicamente e a revisão da necessidade de complemento ou estorno desta provisão é feita mensalmente, através de formulário emitido pelo PM (Project Management) ou BCM (Business Control Management) do projeto e aprovado pelos superiores responsáveis

21 Provisões

a. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas administrativas e judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, conforme segue:

	Consolidado		
	2018		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias	30.885	(14.286)	16.599
Previdenciários	3.101	(529)	2.572
Trabalhistas	6.417	(1.285)	5.132
Cíveis	965	-	965
	<u>41.368</u>	<u>(16.100)</u>	<u>25.268</u>

Consolidado			
2017			
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias	27.607	(13.860)	13.747
Previdenciários	3.054	(511)	2.543
Trabalhistas	4.250	(1.191)	3.059
Cíveis	496	-	496
	<u>35.407</u>	<u>(15.562)</u>	<u>19.845</u>
Controladora			
2018			
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias	30.885	(14.286)	16.599
Previdenciários	3.101	(529)	2.572
Trabalhistas	6.337	(1.205)	5.132
Cíveis	965	-	965
	<u>41.288</u>	<u>(16.020)</u>	<u>25.268</u>
Controladora			
2017			
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias	27.607	(13.860)	13.747
Previdenciários	3.054	(511)	2.543
Trabalhistas	4.070	(1.076)	2.994
Cíveis	496	-	496
	<u>35.227</u>	<u>(15.447)</u>	<u>19.780</u>

Movimentação dos processos no exercício

Consolidado							
	2017	2018					
Provisão para contingências	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Tributárias	27.607	3.805	(470)	-	(57)	-	30.885
Previdenciários	3.054	47	-	-	-	-	3.101
Trabalhistas	4.250	5.687	(2.478)	-	(1.042)	-	6.417
Cíveis	496	1.735	(1.266)	-	-	-	965
	<u>35.407</u>	<u>11.274</u>	<u>(4.214)</u>	<u>-</u>	<u>(1.099)</u>	<u>-</u>	<u>41.368</u>
Depósitos judiciais							
Tributárias	(13.860)	(464)	-	-	-	38	(14.286)
Previdenciários	(511)	(18)	-	-	-	-	(529)
Trabalhistas	(1.191)	(376)	-	33	47	202	(1.285)
	<u>(15.562)</u>	<u>(858)</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>47</u>	<u>240</u>	<u>(16.100)</u>
	<u>19.845</u>	<u>10.416</u>	<u>(4.214)</u>	<u>33</u>	<u>(1.052)</u>	<u>240</u>	<u>25.268</u>

Controladora							
	2017			2018			
Provisão para contingências	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Tributárias	27.607	3.805	(470)	-	(57)	-	30.885
Previdenciários	3.054	47	-	-	-	-	3.101
Trabalhistas	4.070	5.687	(2.479)	-	(941)	-	6.337
Cíveis	496	1.734	(1.265)	-	-	-	965
	<u>35.227</u>	<u>11.273</u>	<u>(4.214)</u>	<u>-</u>	<u>(998)</u>	<u>-</u>	<u>41.288</u>
Depósitos judiciais							
Tributárias	(13.860)	(464)	-	-	-	38	(14.286)
Previdenciários	(511)	(18)	-	-	-	-	(529)
Trabalhistas	(1.076)	(376)	-	17	47	183	(1.205)
	<u>(15.447)</u>	<u>(858)</u>	<u>-</u>	<u>17</u>	<u>47</u>	<u>221</u>	<u>(16.020)</u>
	<u>19.780</u>	<u>10.415</u>	<u>(4.214)</u>	<u>17</u>	<u>(951)</u>	<u>221</u>	<u>25.268</u>

- (i) As reversões de provisão referem-se principalmente a provisões anteriormente constituídas para processos tributários/trabalhistas com risco de perda provável que tiveram o risco alterado para possível ou remoto com base nos eventos ocorridos durante o exercício de 2018.
- (ii) Referem-se às reclassificações dos saldos de depósito judicial excedentes ao valor da provisão reconhecida nos processos relacionados para depósitos judiciais, no ativo não circulante.

Processos com risco de perda provável

Processos tributários

As contingências tributárias mais relevantes são representadas pelos seguintes processos:

- **Federal** - Processos administrativos, judiciais e outros, totalizando R\$ 17.021 (R\$ 14.079 em 2017), sendo que o principal processo é relacionado ao PIS e da COFINS.
- **Municipal** - Execuções Fiscais e processos administrativos no valor de R\$ 13.864 (R\$ 13.527 em 2017), sendo que o principal processo é relativo à demanda que possui como objeto pleitos do Município de Salvador, que exige o recolhimento do ISS sobre serviços de gerenciamento de obras realizadas no referido Município, e gerenciadas pela filial da Companhia situada em Guarulhos-SP.
- **Processos previdenciários** - Relacionam-se em sua maioria a ações para discutir a incidência das contribuições previdenciárias (INSS) sobre mão de obra terceirizada, totalizando R\$ 3.101 (R\$ 3.054 em 2017).
- **Processos trabalhistas** - A Companhia se defende em 81 processos trabalhistas com risco de perda provável (64 em 2017), para os quais foram reconhecidas provisões que totalizam R\$ 6.337 (R\$ 4.048 em 2017). Estas ações trabalhistas possuem como objeto principal pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício por terceiros, horas-extras, comissões por vendas, insalubridade e periculosidade, não existindo processos de valor individualmente relevante.
- **Processos cíveis** - A Companhia figura no polo passivo de processos cíveis, de valores individualmente não significativos, propostos por fornecedores e clientes para discussão de valores devidos por serviços prestados e/ou fornecimento de bens. Para esses processos a Companhia registrou provisão de R\$ 965 (R\$ 496 em 2017), com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos.

Processos com risco de perda possível

- **Processos com risco de perda possível** - Dos processos classificados como de risco possível, os principais compreendem:
 - (i) Processo judicial decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, tendo como objeto o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, efetuados anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera judicial, após obter resultado parcialmente favorável em sede administrativa, com a redução do montante da autuação de R\$ 321 milhões para R\$ 273 milhões (valores originais). O valor residual atualizado até 31 de dezembro de 2018 é R\$ 423 milhões (R\$ 409 milhões em 2017).

Processos com risco de perda remoto

Dos processos classificados como de risco remoto, os principais compreendem:

Auto de Infração emitido pela Municipalidade de Itaquaquecetuba, no valor atualizado de R\$ 364.129 (R\$ 343.534 em 2017), que tem como objeto a cobrança de ISS (5%) com base no valor total do contrato de fornecimento de bens e serviços (R\$ 583.280), acrescido de multa e juros de mora. A defesa da Companhia se baseia na alegação de decadência e que o tributo, se devido fosse, deveria ser calculado somente sobre o valor equivalente aos serviços realizados no município em questão. O valor do processo judicial foi recalculado pela Companhia no ano de 2017, adequando a forma e metodologia de cálculo aos índices e instruções da Municipalidade de Itaquaquecetuba, ainda que este índice, método de aplicação de atualização monetária e juros seja de constitucionalidade duvidosa. Nos anos anteriores, a Companhia limitava a atualização monetária e juros ao índice SELIC, conforme Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, julgada pelo E. TJ-SP.

b. Garantias e cartas fiança

A Controladora contratou garantias e fianças junto a instituições financeiras, para assegurar a continuidade de processos judiciais bem como outras operações comerciais, segue abaixo detalhamento dos montantes em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Tipo de garantia	Controladora					
	2018			2017		
	Judiciais	Outros	Total	Judiciais	Outros	Total
Carta de fiança	35.831	1.647	37.478	35.627	5.846	41.473
Cheque caução	-	27	27	-	26	26
Seguro garantia	469.424	111	469.535	467.840	170	468.010
Total	505.255	1.785	507.040	503.467	6.042	509.509

c. Outras provisões

	Consolidado/Controladora	
	2018	2017
Provisão sobre royalties	1.458	1.587
Provisão gastos com garantias (i)	486	390
Provisão contrato oneroso (ii)	155	155
Provisão de ISS	939	1.071
	3.038	3.203
Provisões - honorários (iii)	4.159	5.227
Provisão gastos com garantias (i)	790	675
	4.949	5.902

(i) Provisão para garantias

A provisão para garantia está relacionada à venda dos produtos e equipamentos, ocorrida durante os anos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Referida provisão é calculada através de percentuais obtidos pelo histórico de consumo da garantia em períodos passados, aplicados na receita líquida mensal do faturamento de materiais e equipamentos. A Companhia considera utilizar a provisão existente em 31 de dezembro de 2018, durante os anos de 2019 e 2020.

(ii) Provisão para contrato oneroso

Provisão constituída em junho de 2010 após avaliação de contratos da Companhia, em razão da identificação de projeto em situação deficitária o qual atendia as premissas de constituição de provisão para contrato oneroso previstas no CPC 25, parcialmente revertida em 2012, em função de revisão a qual constatou que parte dos itens, que constituíam risco de gastos, e faziam parte da composição do saldo de provisão seriam executados a um custo menor em função de sinergia com os novos projetos em andamento e substituição de tecnologia, deixando de constituir risco para Companhia.

(iii) Provisões - honorários

Provisão relativa aos honorários previstos para pagamento dos advogados que estão acompanhando processos de contingências passivas em sua maioria de natureza tributária.

Movimentação das outras provisões no exercício

	Consolidado / Controladora				
	2017	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Adição a provisão	Baixas		
			Utilização	Reversões	
Provisão sobre royalties	1.587	446	(133)	(442)	1.458
Provisão gastos com garantias	390	165	(69)	-	486
Provisão para contrato oneroso	155	-	-	-	155
Outros	1.071	20	-	(152)	939
	3.203	631	(202)	(594)	3.038
Provisões - honorários	5.227	2.414	(3.357)	(125)	4.159
Provisão gastos com garantias	675	178	(63)	-	790
	5.902	2.592	(3.420)	(125)	4.949

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 328.282, e está representado por 618.075 (618.075 em 2017) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 25 ações encontram-se em tesouraria.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de Dezembro de 2018, a Companhia possuía em tesouraria 25 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal adquiridas em 1993 mediante aplicação de recursos originários das reservas de lucros, no montante de R\$ 9.259 (R\$ 9.259 em 2017) para futura alienação e/ou cancelamento.

c. Reserva de capital

Em 2016, foi reconhecido o valor de R\$ 10.443, correspondente a *Put and Call Option*, opção de compra futura dos 25% dos sócios minoritários da Arcon Informática S.A, de cuja Companhia adquiriu o controle de 75% do capital em 03 de outubro de 2016.

Em Outubro de 2018, foi realizada a compra dos 25% dos sócios minoritários da NEC Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A (antiga Arcon Informática S.A), cujo percentual sobre o patrimônio líquido representou R\$ 802, reduzindo para R\$ 9.641 o valor correspondente a *Put and Call Option*.

Em milhares de Reais

NEC Soluções de
Segurança Cibernética
Brasil S.A. em 31 de
Setembro 2018

Percentual dos não controladores	25%
Ativo não circulante	10.121
Ativo circulante	31.131
Passivo não circulante	(13.052)
Passivo circulante	(24.991)
Ativos líquidos	3.209
Ativos líquidos não atribuíveis aos não controladores	802

23 Receita operacional

Abaixo apresentamos a abertura da receita operacional líquida:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional bruta				
Venda de produtos	254.026	198.436	253.665	198.436
Serviços prestados	302.527	257.375	218.734	239.509
Serviços prestados com partes relacionadas (nota 14)	13.236	2.449	13.236	2.449
Deduções				
Impostos sobre as vendas	(106.266)	(86.875)	(96.695)	(83.929)
Devoluções e abatimentos	(3.729)	(2.975)	(3.728)	(2.975)
Receita operacional	459.794	368.410	385.212	344.490

24 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(137.964)	(73.063)	(88.705)	(74.522)
Compras com Partes relacionadas	(47.379)	(34.521)	(48.340)	(35.773)
Custos com pessoal (Nota 26)	(48.370)	(50.867)	(39.001)	(42.546)
Depreciação e amortização	(4.092)	(5.229)	(4.092)	(5.229)
Serviços de terceiros e outros	(110.472)	(98.051)	(109.905)	(97.576)
	(348.277)	(261.731)	(290.043)	(245.646)

25 Despesas de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fretes	(7.982)	(7.348)	(7.982)	(7.348)
Royalties	(1.664)	(1.482)	(1.664)	(1.482)
Comissões sobre vendas	(45)	(72)	(45)	(72)
Perda efetiva de contas a receber	(880)	(5.319)	(880)	(5.319)
Total	(10.571)	(14.221)	(10.571)	(14.221)

26 Despesas com pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Ordenados e salários	(58.654)	(61.736)	(49.196)	(51.765)
Contribuições compulsórias para previdência social	(17.688)	(16.787)	(14.862)	(14.977)
13º salário e férias	(12.697)	(13.711)	(10.887)	(11.876)
Encargos assistenciais	(11.466)	(11.842)	(10.572)	(10.975)
Despesas encargos sociais (FGTS)	(7.146)	(9.533)	(6.186)	(8.615)
Honorários da administração	(2.318)	(2.114)	(1.641)	(2.114)
Outros proventos	(5.885)	(4.071)	(4.873)	(3.334)
	(115.584)	(119.794)	(98.217)	(103.656)

Na controladora, do montante total de despesas de pessoal identificados no quadro acima, R\$ 39.001 (R\$ 42.546 em 2017) foram incluídos no custo dos produtos vendidos e serviços prestados e R\$ 59.216 (R\$ 61.109 em 2017) nas despesas administrativas e gerais.

27 Despesas administrativas e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal (Nota 26)	(67.388)	(68.928)	(59.216)	(61.109)
Serviços de terceiros	(18.451)	(13.064)	(17.006)	(11.709)
Serviço de software	(183)	(120)	-	-
Gastos gerais:				
Ocupação - imóveis	(4.066)	(4.521)	(2.760)	(3.283)
Viagens	(3.659)	(3.844)	(3.395)	(3.664)
Processamento de dados	(2.748)	(3.210)	(2.748)	(3.210)
Comunicações	(614)	(735)	(519)	(577)
Impostos, taxas e contribuições	(828)	(1.471)	(742)	(931)
Veículos	(786)	(869)	(786)	(869)
Água, luz e gás	(727)	(844)	(649)	(774)
Depreciação/Amortização	(2.693)	(3.400)	(1.566)	(2.167)
Recuperação de gastos	12.432	11.257	12.432	11.257
Outros	(7.266)	(4.589)	(6.884)	(3.900)
	(96.977)	(94.338)	(83.839)	(80.936)

28 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Reversão provisão para contingências	1.423	4.750	1.322	4.521
Outros	131	113	91	13
	1.554	4.863	1.413	4.534

b. Outras despesas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Despesa provisão para contingências	(12.870)	(11.618)	(12.870)	(11.508)
Outras	(1.969)	(7.330)	(1.162)	(5.216)
	(14.839)	(18.948)	(14.032)	(16.724)

29 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Ganhos com operações de <i>swap e hedge</i>	18.357	-	18.358	-
Variações cambiais ativas	-	716	-	845
Variações monetárias ativas	1.714	4.349	1.714	4.349
Juros sobre aplicações financeiras	2.410	2.467	2.392	2.318
Descontos financeiros obtidos	502	4.019	35	33
Outros	3.818	2.008	3.133	1.315
	26.801	13.559	25.632	8.860
Despesas financeiras				
Perdas com operações de <i>swap e hedge</i>	(6.582)	(4.162)	(6.582)	(4.093)
Variações cambiais passivas	(12.763)	8	(12.699)	-
Variações monetárias passivas	(1.301)	(3.046)	(1.301)	(3.046)
Juros	(13.120)	(17.148)	(11.083)	(15.321)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (i)	(513)	(825)	(513)	(825)
Comissão decorrente de operação de cessão de crédito sem direito de regresso	-	(646)	-	(646)
Outros	(6.285)	(2.546)	(5.686)	(2.095)
	(40.564)	(28.365)	(37.864)	(26.026)
Resultado financeiro	(13.763)	(14.806)	(12.232)	(17.166)

(i) Os valores de 2018 e 2017 referem-se aos juros sobre passivos fiscais incluídos no REFIS IV - Lei 11.941/09.

30 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio) o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia opera somente com instituições financeiras consideradas de primeira linha. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos;
- Risco de taxas de juros; e
- Risco de taxa de câmbio.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Companhia.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2018	2017
Caixa e bancos	8	1.184	2.644
Aplicações financeiras	8	30.185	19.430
Contas a receber de clientes	9	205.005	198.285
Arrendamento mercantil a receber	10a	2.972	6.521
Outros créditos		5.521	7.647
		<u>244.867</u>	<u>234.527</u>

	Nota	Controladora	
		2018	2017
Caixa e bancos	8	778	2.288
Aplicações financeiras	8	30.185	18.891
Contas a receber de clientes	9	203.226	196.885
Arrendamento mercantil a receber	10a	2.972	6.521
Outros créditos		4.496	6.856
		241.657	231.441

A classificação por data de emissão das notas fiscais dos contas a receber, arrendamento e outros créditos na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

	Consolidado			
	2018		2017	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
NF emitidas até 30 dias	75.903	-	25.015	-
NF emitidas entre 31-90 dias	54.570	-	51.092	-
NF emitidas entre 91-180 dias	34.777	-	57.636	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	12.269	-	6.152	-
NF emitidas há mais de um ano (i)	41.659	(5.680)	76.421	(3.863)
Total	219.178	(5.680)	216.316	(3.863)

	Controladora			
	2018		2017	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
NF emitidas até 30 dias	73.291	-	24.924	-
NF emitidas entre 31-90 dias	54.441	-	51.076	-
NF emitidas entre 91-180 dias	34.742	-	57.558	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	12.242	-	6.152	-
NF emitidas há mais de um ano (i)	41.659	(5.680)	74.415	(3.863)
Total	216.375	(5.680)	214.125	(3.863)

- (i) Do total de NF emitidas há mais de um ano, R\$ 20.706 referem-se a contas a receber de longo prazo referentes a parte da recuperação judicial do cliente OI e clientes de Cinema Digital.

Na Controladora, os títulos a receber acima são controlados conforme classificação por cliente, sendo *Carriers* representada pelas operadoras de telefonia (R\$ 177.562 em 2018); *Enterprise* referente aos clientes não operadoras, incluindo serviços de locação e manutenção de equipamentos de PABX e Cinema Digital (R\$ 34.317 em 2018) e Outros (R\$ 4.496 em 2018).

	Controladora - Cliente Carriers			
	2018		2017	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
NF emitidas até 30 dias	42.836	-	24.112	-
NF emitidas entre 31-90 dias	53.659	-	49.487	-
NF emitidas entre 91-180 dias	33.938	-	49.592	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	12.224	-	3.813	-
NF emitidas há mais de um ano (i)	34.904	(1.120)	26.097	(557)
Total	177.561	(1.120)	153.101	(557)

Há contratos junto aos clientes *Carriers* que estabelecem eventos físicos e técnicos para a liberação de pagamentos parciais de cada nota fiscal emitida. As obrigações de desempenho que possibilitam o reconhecimento de receita são devidamente cumpridos, porém a existência de eventos para a liberação de pagamentos leva a existência de saldos de títulos não recebidos porém emitidos há prazos relativamente elevados. Muitos desses eventos de liberação dependem de *workflows* de aceitação internos aos clientes que, com frequência, são tratados com grande morosidade, levando a atrasos nos recebimentos apesar do cumprimento dos requisitos técnicos para liberação.

Apesar da morosidade no recebimento de títulos de alguns casos de clientes *Carrier*, a companhia não possui histórico de perdas de valores a receber com os mesmos, excetuando-se um caso pontual de pedido de recuperação judicial.

Quanto a provisão para perdas por redução no valor a recuperar na Controladora são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito com base no tipo de contrato e análise de riscos envolvidos. O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Controladora	
	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	3.863	3.870
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	(1.488)	(7)
Provisão para redução ao valor recuperável	3.305	-
Saldo em 31 de dezembro	5.680	3.863

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros não derivativos:

Consolidado							
2018							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	20	113.147	113.147	46.052	67.095	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	206.245	211.392	42.106	150.882	1.857	16.547
Adiantamentos e créditos de clientes		432	432	250	157	25	-
Outras contas a pagar		1.799	1.799	1.799	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	10b	750	750	184	249	251	66
		<u>322.373</u>	<u>327.520</u>	<u>90.391</u>	<u>218.383</u>	<u>2.133</u>	<u>16.613</u>

Consolidado							
2017							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	20	110.057	110.057	91.102	18.955	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	137.985	173.268	63.120	52.223	39.582	18.343
Adiantamentos e créditos de clientes		907	907	811	96	-	-
Outras contas a pagar		1.707	1.707	1.707	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	10b	246	246	60	66	120	-
		<u>250.902</u>	<u>286.185</u>	<u>156.800</u>	<u>71.340</u>	<u>39.702</u>	<u>18.343</u>

Controladora							
2018							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	20	110.927	110.927	43.832	67.095	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	177.811	181.389	42.107	120.939	1.796	16.547
Adiantamentos e créditos de clientes		172	172	172	-	-	-
Outras contas a pagar		1.671	1.671	1.671	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	10b	681	681	184	180	251	66
		<u>291.262</u>	<u>294.840</u>	<u>87.966</u>	<u>188.214</u>	<u>2.047</u>	<u>16.613</u>

Controladora							
2017							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	20	105.082	105.082	86.128	18.954	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	129.322	164.605	63.120	52.223	30.919	18.343
Adiantamentos e créditos de clientes		769	769	769	-	-	-
Outras contas a pagar		1.530	1.530	1.530	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	10b	246	246	60	66	120	-
		<u>236.949</u>	<u>272.232</u>	<u>151.607</u>	<u>71.243</u>	<u>31.039</u>	<u>18.343</u>

Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, somente são efetuadas aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI. Para os empréstimos contratados em moeda estrangeira com taxa fixa, foram contratadas operações com derivativos (*Swaps*), convertendo as mesmas para percentual de variação do CDI.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, para aquisição de insumos e empréstimos no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge (*Swaps*) para mitigar esses riscos.

A exposição da Companhia ao risco de oscilações na moeda estrangeira está composta pelos seguintes valores (base em valores nominais):

	Consolidado	
	USD (000)	
	2018	2017
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	10	10
Contas a receber (partes relacionadas)	47	75
Estoques - importação em trânsito	-	752
Estoques - adiantamento a fornecedores (partes relacionadas)	1	150
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4131)	(366)	-
Fornecedores (exterior)	(4.577)	(4.195)
Fornecedores (partes relacionadas)	(3.487)	(8.657)
Exposição líquida	(8.372)	(11.865)
	Controladora	
	USD (000)	
	2018	2017
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	10	10
Contas a receber (partes relacionadas)	47	75
Estoques - importação em trânsito	-	752
Estoques - adiantamento a fornecedores (partes relacionadas)	1	150
Empréstimo Correntes - em moeda estrangeira (Lei 4131)	(366)	-
Fornecedores (exterior)	(4.577)	(4.195)
Fornecedores (partes relacionadas)	(3.388)	(8.657)
Exposição líquida	(8.273)	(11.865)

Os valores de outras contas a pagar e outros créditos com partes relacionadas são oriundos de transações originadas em moeda local (Reais) e que portanto não estão sujeitos à oscilação nas taxas de câmbio.

Para se proteger contra os riscos de variação cambial sobre os saldos expostos a moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos como compra a futuro de moeda estrangeira e *Swaps*. Apesar disso, o vencimento desses instrumentos financeiros derivativos não estão casados com os vencimentos dos compromissos acima em moeda estrangeira, não se tratando de um hedge efetivo.

Análise de sensibilidade de variações e risco de exposição cambial

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre o saldo de valores contábeis sujeitos a este tipo de risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras. O cenário provável considera a taxa de câmbio de R\$ 3,8748 idêntica à taxa utilizada nestas demonstrações financeiras, razão pela qual este cenário apresenta resultado nulo. Para os cenários A e B, a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 4,8435 e R\$ 5,8122 para risco de aumento da cotação da moeda. Já para o risco de efeito da proteção do dólar futuro, cuja taxa de contrato é de R\$ 3,8692 a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% para os cenários A e B respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 4,8365 e R\$ 5,8038.

				Consolidado		
				Efeito em R\$ no resultado		
Operação	Moeda	Exposição em USD (000)	Risco	Provável	A Possível 25%	B Remoto 50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	8.372	Aumento da cotação do USD	-	8.494	16.603
Contratos de dólar futuro	USD	8.000	Efeito da proteção do dólar futuro	-	(7.738)	(15.477)
<i>Swap</i> s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	366	Efeito da proteção dos swaps	-	(355)	(709)
Efeito total no resultado				-	401	417
				Controladora		
				Efeito em R\$ no resultado		
Operação	Moeda	Exposição em USD (000)	Risco	Provável	A Possível 25%	B Remoto 50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	8.273	Aumento da cotação do USD	-	8.014	16.028
Contratos de dólar futuro	USD	8.000	Efeito da proteção do dólar futuro	-	(7.738)	(15.477)
<i>Swap</i> s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	366	Efeito da proteção dos swaps	-	(355)	(709)
Efeito total no resultado				-	(79)	(158)

b. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia com liquidação no vencimento de cada operação.

	Controladora			
	Valor de referência		Valor justo	
	(USD mil)		(R\$ mil)	
	2018	2017	2018	2017
Contratos futuros				
NDF's vencimento 02/01/2018	8.000	10.500	45	377

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Controladora auferiu perdas de R\$ 6.582 (perdas líquidas de R\$ 4.093 em 2017) com instrumentos financeiros derivativos, que encontram-se registrados na conta de receitas (ganhos) e despesas (perdas) financeiras no resultado (Nota 28).

c. Valor justo de instrumentos financeiros não derivativos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 estão identificados a seguir:

	Consolidado	
	2018	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Aplicações financeiras	30.185	30.185
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.184	1.184
Outros investimentos	5	5
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	1.184	1.184
Contas a receber de clientes	205.005	205.005
Arrendamento mercantil a receber	2.972	2.972
Outros créditos	5.521	5.521
	246.056	246.056
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos e financiamentos	206.245	206.245
Fornecedores	113.147	113.147
Adiantamentos e crédito de clientes	432	432
Outras contas a pagar	1.799	1.799
Arrendamento mercantil a pagar	750	750
	322.373	322.373

NEC Latin America S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

Consolidado		
2017		
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Aplicações financeiras	19.430	19.430
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.644	2.644
Outros investimentos	5	5
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	2.644	2.644
Contas a receber de clientes	198.205	198.205
Arrendamento mercantil a receber	6.521	6.521
Outros créditos	7.647	7.647
	<u>237.096</u>	<u>237.096</u>
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos e financiamentos	137.985	137.985
Fornecedores	110.057	110.057
Adiantamentos e crédito de clientes	907	907
Outras contas a pagar	1.707	1.707
Arrendamento mercantil a pagar	246	246
	<u>250.902</u>	<u>250.902</u>
Controladora		
2018		
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Aplicações financeiras	30.185	30.185
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	1.184	1.184
Outros investimentos	5	5
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	778	778
Contas a receber de clientes	203.226	203.226
Arrendamento mercantil a receber	2.972	2.972
Outros créditos	4.496	4.496
	<u>242.846</u>	<u>242.846</u>
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos	177.811	177.811
Fornecedores	110.927	110.927
Adiantamentos e crédito de clientes	172	172
Outras contas a pagar	1.671	1.671
Arrendamento mercantil a pagar	681	681
	<u>291.262</u>	<u>291.262</u>

	Controladora	
	2017	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	18.891	18.891
Outros investimentos	5	5
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	2.288	2.288
Contas a receber de clientes	196.885	196.885
Arrendamento mercantil a receber	6.521	6.521
Outros créditos	6.856	6.856
	231.446	231.446
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos	129.322	129.322
Fornecedores	105.082	105.082
Adiantamentos e crédito de clientes	769	769
Outras contas a pagar	1.529	1.529
Arrendamento mercantil a pagar	247	247
	236.949	236.949

d. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo.

	Consolidado		
	2018		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo			
Aplicações financeiras	-	30.185	-
Total	-	30.185	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/empréstimos)		(397)	
Total		(397)	
	Consolidado		
	2017		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo			
Aplicações financeiras	-	19.430	-
Total	-	19.430	-
	Controladora		
	2018		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo:			
Aplicações financeiras		30.185	
Subtotal		30.185	
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/empréstimos)		(397)	
Total		(397)	

Descrição	Controladora		
	2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a a custo amortizado: Aplicações financeiras	-	18.891	-
Subtotal	<u>-</u>	<u>18.891</u>	<u>-</u>

* * *

Conselho de Administração

Masazumi Takata
Presidente do Conselho de Administração

Toshiya Matsuki
Substituto do Presidente do Conselho de Administração

Toshiyuki Otake
Conselheiro

Yukio Hioki
Conselheiro

Diretoria

Masazumi Takata
Presidente

Eiji Seki
Vice-Presidente Econômico e Financeiro

Yasushi Tanabe
Diretor Geral das Operações Brasil

Controladoria

Naoto Mizuguchi
Diretor Financeiro

Flávio Hirata
Controller

Dercidio Marques de Brito
Contador - CRC/SP 155228/O-0